

.....

Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro

Roberta Sampaio Guimarães¹

A narrativa em torno da experiência da população afrodescendente do Rio de Janeiro se difunde em um contexto particular da sociedade brasileira. No fim dos anos 70, o processo de redemocratização política inicia-se lenta e gradualmente após a instalação de uma ditadura civil-militar (1964-1985),² marcando o fortalecimento dos partidos de

¹ Este artigo é uma versão ampliada da comunicação apresentada no Seminário Antropologia na Esfera Pública: patrimônios e museus, promovido pela Associação Brasileira de Antropologia em setembro de 2015. Os dados foram coletados em dois diferentes momentos de pesquisa: entre 2007 e 2009, durante a realização de minha tese de doutorado (Guimarães, 2011, 2014); e entre 2014 e 2016, no âmbito do projeto “As mediações de arquitetos e urbanistas na patrimonialização de espaços da Zona Portuária carioca” (APq1, Faperj). Agradeço às organizadoras do livro pelo convite para a publicação.

² Ao falar da redemocratização brasileira pós-1964, refiro-me a um conjunto de eventos e ações que ocorreram durante e depois da vigência dos governos militares. O processo de redemocratização se inicia no governo militar, mas continua após o fim das sucessões militares, quando em 1985 o colégio eleitoral indica um representante civil ao cargo máximo da nação.

esquerda e a reorganização da sociedade civil. Esse rearranjo reverbera em pautas habitacionais, ecológicas, feministas, étnico-raciais, entre outras. Tal diversidade de pautas evidenciava a formação de uma nova arena pública em meio às disputas pela interpretação do Brasil e pelo projeto de Estado em processo de reordenamento.

A narrativa memorialística da Pequena África é organizada nesse momento com a ideia de que existem espaços, tempos e sociabilidades específicos a uma “cidade negra”. Sua estrutura dramática foi consolidada através do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1983), no qual o cineasta Roberto Moura reuniu genealogias, mitos de origem, ancestrais sagrados e deuses referentes à população de negros africanos e baianos que haviam habitado as regiões central e portuária da cidade nas primeiras décadas do século XX. O objetivo explícito da narrativa era refletir sobre as dificuldades de inclusão econômica dos negros na sociedade de classes após o período escravista.

Ao se tornar importante peça de apoio à elaboração de políticas de ação afirmativa e de igualdade racial no Rio de Janeiro, a narrativa da Pequena África foi continuamente reelaborada e atualizada por militantes do movimento negro. No início do século XXI, contudo, passou a ter seus sentidos e significados disputados por outros movimentos sociais, entidades religiosas, pesquisadores acadêmicos, representantes da indústria turística, agentes governamentais e agências multilaterais. O ponto de inflexão desse interesse social foi a aprovação da candidatura da cidade como integrante do circuito da Copa do Mundo (2014) e como sede dos Jogos Olímpicos (2016), que colocou a região portuária no centro dos debates sobre como a cidade seria (re)imaginada e (re)urbanizada em face do fluxo de investimentos do capital financeiro internacional.

Projetos voltados para a “revitalização urbana” da região, como o Porto do Rio (2001) e o Porto Maravilha (2009), mobilizaram então diferentes e conflitantes tentativas de enquadrar a memória afrodescendente na cidade e, conseqüentemente, seus sentidos no presente. Nos bairros

portuários a experiência da população negra era (e continua sendo) marcada pela exclusão socioeconômica e pela violência urbana. O perfil dos moradores é predominantemente popular, com muitos ganhando a vida com base no trabalho informal de ambulante, empregada doméstica, prestador de pequenos serviços etc. O tráfico de drogas é usualmente combatido pela Polícia Militar através de incursões violentas nas favelas. Assim, os sentidos atribuídos à Pequena África podiam (e podem) tanto realçar como ofuscar a falta de oportunidades e desiguais relações de poder que perpassam a sociedade no tempo presente.

O ápice da visibilidade do passado afrodescendente na região ocorreu com a “descoberta” do Cais do Valongo em março de 2011, quando em meio a obras de infraestrutura arqueólogos encontraram lajes de pedra e objetos como búzios, miçangas e cachimbos pertencentes a centenas de africanos escravizados que haviam aportado no cais. Esses vestígios materiais foram salvaguardados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Poucos meses depois, a Prefeitura ergueu o Memorial do Cais do Valongo e idealizou o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, composto também por outros pontos de visitação na região: Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio.

Um tom festivo foi indexado ao cais e à memória negra da cidade. Candomblecistas, umbandistas, capoeiristas, baianas de acarajé e integrantes de blocos e escolas de samba passaram a realizar um ritual anual de lavagem simbólica do memorial, logo incorporado ao calendário oficial municipal. O local virou rota de visitação de turistas nacionais e estrangeiros e, em 2017, obteve o grau máximo de reconhecimento possível a um bem cultural, tornando-se Patrimônio Histórico da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A diversidade de agentes sociais envolvidos no processo de patrimonialização, bem como a diferença de suas escalas de atuação evidenciavam que os sentidos da narrativa sobre a Pequena África estavam (e

ainda estão) em disputa. Depois de anos de luta de movimentos negros para que houvesse o reconhecimento histórico da presença afrodescendente na região portuária, inclusive com reivindicações de que fossem feitas escavações para identificar o cemitério de escravos, assombrava a rapidez com que a memória tinha sido transformada em política de Estado naquele contexto de “revitalização urbana”. Em meio a tensões, resistências e adesões à patrimonialização, diferentes enfoques narrativos passaram então a enfatizar ora a memória transnacional da diáspora africana, ora a celebração da memória nacional de uma “democracia racial”, ora a memória local e suas demandas por reconhecimento social e redistribuição de recursos econômicos.

Os questionamentos suscitados pelo Memorial do Cais do Valongo se multiplicavam. Como pensar os sentidos que a Pequena África mobilizava em um contexto de crescente mercantilização das experiências culturais? Quais funções sociais podia cumprir aquele monumento ao tratar da escravidão: reflexão, reparação, entretenimento? A rememoração do passado escravista seria eficaz na redefinição simbólica da atual experiência da população negra urbana, contribuindo para a superação de sua exclusão socioeconômica e o fim do estado de exceção em que viviam os moradores das favelas?

Neste artigo, analiso os diversos enquadramentos da narrativa da Pequena África focalizando os processos políticos envolvidos nas ações de patrimonialização e reurbanização da região portuária carioca após o período de redemocratização brasileira. Como discussão central, sugiro que projetos urbanísticos e de preservação histórica acionam concepções temporais e espaciais que não são unívocas, pois estão em permanente disputa nas tramas estabelecidas entre Estado, mercado, agências multilaterais e movimentos sociais. Busco assim realçar os múltiplos agenciamentos que produzem as alterações físicas e as (re) classificações simbólicas da cidade, definindo noções como “público e privado”, “decadente e revitalizado”, “perigoso e pacificado”, entre outras.

E como nesse processo de distribuição e gestão de espaços e habitantes, experiências cotidianas, subjetividades individuais e memórias coletivas estão sempre em risco de serem subvertidas, apagadas ou destruídas.

Os marcos da Pequena África na patrimonialização dos bairros centrais e portuários

No período de redemocratização brasileira, o processo de reordenamento do Estado fez com que as instituições governamentais passassem por inflexões e reformulação de condutas, como no caso do Iphan e seus procedimentos de valorização e seleção de bens culturais. Fundado no Estado Novo, o instituto tinha até então mantido a tendência de preservar construções consideradas de excepcional valor histórico e cultural, como igrejas católicas, fortificações militares e edificações de estilos arquitetônicos consagrados. Com o processo de abertura política, contudo, fortaleceu-se a corrente de pensamento que percebia a nação como culturalmente diversa e composta por uma pluralidade de tradições (Gonçalves, 1996).

Essa forma de entender o patrimônio já estava sendo difundida no âmbito internacional desde o pós-Segunda Guerra, sendo politicamente consolidada com a criação da Unesco. A noção antropológica de cultura emergiu como base conceitual dessa mudança ao propor que as nações não eram culturalmente homogêneas, mas constituídas de culturas e subculturas, e que as expressões culturais congregavam bens materiais e também imateriais, como hábitos e costumes. Assim, o patrimônio passou a ser gradualmente entendido como algo que deveria representar não apenas as grandes obras dos Estados Nacionais, mas também suas variadas manifestações humanas (Abreu, 2003).

Nesse contexto, os especialistas do Iphan começaram a valorizar a “autêntica cultura popular” e a descentralizar o processo de seleção e preservação de bens, incentivando a criação de órgãos patrimoniais estaduais e municipais e possibilitando que novos bens fossem identificados por movimentos sociais, organizações não governamentais e empresas

privadas (Fonseca, 2005). Entre os diferentes desdobramentos ocorridos com a entrada desses novos atores sociais na arena de debates do patrimônio, duas iniciativas tiveram seus efeitos entrelaçados: 1. As iniciativas de valorização da memória e da identidade afro-brasileiras lideradas por intelectuais dos movimentos negros; 2. As iniciativas de criação de “sítios históricos” nos bairros centrais das cidades brasileiras apoiadas por associações de moradores e profissionais de arquitetura e urbanismo.

A valorização da memória afro-brasileira atrelou-se à proximidade das celebrações dos 100 anos de abolição da escravidão e à formação da Assembleia Constituinte de 1988, eventos que propiciaram um ambiente favorável de discussão sobre as dificuldades de inserção econômica do negro no sistema de classes e das barreiras sociais enfrentadas por causa do preconceito racial e do racismo (Guimarães, 2001). Entre a geração que atuou nos movimentos negros no período, a crítica à “democracia racial” e sua ideologia de convivência harmoniosa inter-racial passou a ser usada como instrumento de luta em prol de afirmação étnica-cultural.

Foram então difundidas matrizes de pensamento que propunham a valorização da “origem africana” do negro brasileiro como instrumento de ação política. Destacaram-se então a atuação de Abdias do Nascimento na fundação do jornal *Quilombo*, o movimento literário *Négritude*, que no contexto de intensificação das lutas pela libertação colonial dos países africanos após a Segunda Guerra Mundial reunia produções de poetas negros de língua francesa e propunha uma perspectiva contraposta à cultura ocidental, e os movimentos norte-americanos *Black Power* e *Panteras Negras*, que propunham ações políticas em prol de direitos civis e igualdade racial (Alberti; Pereira, 2007).

Uma vertente importante dessa mobilização se deu no âmbito dos processos de proteção patrimonial. Por serem considerados produtores de símbolos coletivos, houve grande pressão política para que os tombamentos do Iphan incluíssem bens perpetuadores da memória afro-brasileira como crítica e contraponto à memória nacional construída

até então unicamente em torno das experiências da “elite branca”. Dois emblemáticos tombamentos foram realizados: da Casa Branca do Engenho Velho em Salvador/BA, que se tornou em 1984 o primeiro terreiro de candomblé reconhecido como patrimônio nacional; e do Conjunto Histórico e Paisagístico de Serra da Barriga/AL, tombado em 1985 como símbolo da resistência do Quilombo dos Palmares.

Em terras cariocas essa memória afro-brasileira foi reavivada pela publicação do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1983),³ de Roberto Moura. Tia Ciata figurava como personagem principal: quituteira e mãe de santo, sua casa na Praça Onze, bairro central da Cidade Nova, congregava sambistas de projeção no mercado fonográfico, como Donga, Pixinguinha, João da Baiana e Heitor dos Prazeres. Para elaborar seu enredo, Moura utilizou contos, romances,⁴ textos acadêmicos, jornais, legislações municipais, letras de música, depoimentos de sambistas ao Museu da Imagem e do Som/RJ, e entrevistas realizadas na década de 1970 com descendentes de Ciata e com uma de suas irmãs de santo. E, ao que tudo indica, foi ele próprio que inventou o termo Pequena África a partir da condensação narrativa desses diferentes relatos.⁵

3 O livro foi publicado pela Funarte, órgão ligado ao Ministério da Cultura, como resultado de um concurso de monografias sobre personalidades vinculadas à música popular brasileira (*Estado do Paraná*, 08/04/1980). A primeira edição foi publicada em 1983 pela própria Funarte e, em 1995, o livro foi reeditado e expandido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, com a inclusão do capítulo “Geografia musical da cidade”.

4 Algumas das obras literárias retratavam o “mundo dos feitiços”, como no livro *As religiões no Rio* (1904), de João do Rio. Outras mencionavam a Cidade Nova como bairro ocupado principalmente por “homens de cor” no início do século, como no livro de crônicas de Lima Barreto, *Feiras e Mafuás* (1953). No romance *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, foram ainda citados sambistas e religiosos do candomblé que se reuniam em torno da “feiticeira” Tia Ciata. Mas em nenhuma dessas obras aparece uma citação direta à Pequena África.

5 Embora Moura atribua a Heitor dos Prazeres o cunho do termo para designar a região que “se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a praça Onze” (Moura, 1995, p. 93), no depoimento arquivado no Museu da Imagem e do Som o sambista de fato não cita a expressão.

A narrativa da Pequena África se mostrou então como potente instrumento político na construção de um discurso de afirmação étnico-racial na cidade. Sua eficácia simbólica derivava da capacidade de evocar o ideal de uma “cidade negra”, que abarcava tanto um passado de resistências quanto projeções de um futuro no qual seriam superados os males, os traumas e as exclusões produzidos pela escravidão.

Já fazendo referência ao termo Pequena África cunhado por Moura, no ano seguinte o historiador Joel Rufino apresentou ao Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) o relatório histórico de tombamento da Pedra do Sal (1984), afirmando ser o local representante da tradição dos orixás, do catolicismo popular, da migração dos baianos e africanos e da criação dos ranchos carnavalescos. Também na região portuária, logo depois foi inaugurado o Centro Cultural Municipal José Bonifácio (1986) com o intuito de preservar e difundir a memória negra. Dois marcos territoriais foram ainda erguidos na região central da Praça Onze: o Sambódromo (1985), que abrigou os desfiles das escolas de samba, e um monumental busto de ferro do líder antiescravista Zumbi dos Palmares (1986).

Não seria então exagero afirmar que na década de 1980 a região vivenciou um *boom* de *lugares de memória* (Nora, 1993) relativos à cultura e à identidade afro-brasileiras.⁶ Uma memória entendida como direito,

6 A intensificação dos processos de conversão de memórias coletivas em discurso histórico não ocorreu isoladamente no Brasil, nem tampouco de forma restrita à experiência afro-brasileira. Como indicado por Huyssen (2000), tal fenômeno de caráter revisionista teve seu ápice na década de 1980 como parte de um grande rearranjo global relacionado, entre outros eventos, aos debates sobre o Holocausto e os presos políticos desaparecidos nos períodos ditatoriais latino-americanos, à queda do muro de Berlim e à unificação da Alemanha, ao fim da União Soviética e ao início dos conflitos nos países do Leste europeu e à formação de comissões de verdade e reconciliação na África pós-apartheid. Esses eventos produziram reflexões sobre o que Hartog (2006) chamou de “problema do tempo”: a tentativa de compreender como as sociedades se relacionavam de diferentes formas com suas experiências sobre o passado, o presente e o futuro para formar uma consciência de si como comunidade humana. Houve então uma obsessão pela identificação de patrimônios, que podiam se referir desde aos contextos mais locais de reconhecimento de pequenos grupos sociais até ao de sítios arrolados como patrimônio universal pela Unesco.

dever e forma de poder a ser utilizada contra a sensação de ruptura com a ordem do tempo, de crise e descontinuidade das experiências sociais dos negros na cidade. Uma necessidade de deixar rastros dessas experiências passadas em monumentos, memoriais, arquivos e centros de pesquisa, mantendo uma vigilância comemorativa em festas e rituais oficiais, ou seja, de produzir mediações para que a memória vivida se tornasse história, ainda que incompleta, petrificada e problemática. E também de agir no tempo presente, buscando que a rememoração se convertesse em ações de transformação social (Guimarães, 2012, 2016b).

A valorização da “cultura popular” pelas políticas patrimoniais, contudo, trouxe outras demandas e novos interesses que concorreriam posteriormente com a valorização da memória afro-brasileira. Ocorrida também no processo de redemocratização, a narrativa memorialística sobre os “sítios históricos” urbanos teve como força aglutinadora a percepção de que os conjuntos de casas e prédios eram testemunhos valiosos do ambiente social das cidades brasileiras. Associações de moradores de “bairros antigos” se uniram então a intelectuais da arquitetura e do urbanismo na busca por conter o que entendiam ser um aceleração das mudanças urbanas e de perda de suas relações de vizinhança e sociabilidade.

Algumas orientações internacionais voltadas para a valorização das “obras modestas” e de conjuntos urbanos já vinham afirmando a necessidade de preservar conjuntos arquitetônicos de forma integrada ao planejamento urbano e regional e aos critérios afetivos de seus habitantes, como a Carta de Veneza (1964), a Declaração de Amsterdã (1975) e a Convenção de Nairobi (1976). Em países com cidades de grande porte e em rápido crescimento, as políticas patrimoniais passaram ainda a ser associadas a “projetos urbanos”, noção que portava uma crítica à produção arquitetônica modernista e ao urbanismo funcionalista em voga no mundo desde os anos 50 (Jacobs, 2011; Gorelick, 2005). Tais projetos urbanos foram correntemente atrelados a propostas de requalificação do espaço público, de reabilitação de conjuntos arquitetônicos e de criação de novas centralidades (Barandier, 2006).

A identificação de “sítios históricos” brasileiros passou então a receber a atenção dos recém-criados órgãos patrimoniais através da elaboração de regulamentações específicas sobre as formas de ocupação do solo e da definição sobre os usos que seriam mais adequados à sua preservação. Houve, portanto, uma gradual conjugação das políticas de patrimonialização com intervenções de “revitalização urbana”, em projeto experimentado de forma pioneira na cidade do Rio de Janeiro e, nos anos seguintes, replicado em outras capitais brasileiras, como Salvador, Recife, Fortaleza, São Paulo, Porto Alegre e Belém.

No Rio de Janeiro a aplicação desse projeto ocorreu entre os anos de 1979 e 1987 através da elaboração e da regulamentação do Corredor Cultural do Centro, política de escopo municipal que preservou cerca de 1.300 bens localizados na Lapa, Passeio Público, Cinelândia, Carioca, Praça Tiradentes, Largo de São Francisco, Saara e Praça XV. O projeto foi apresentado como uma contraposição ao urbanismo praticado no Centro da cidade na década anterior que, para permitir o alargamento de vias de tráfego e a expansão da área de negócios, havia demolido lojas de comércio popular comandadas por mulçumanos, cristãos-maronitas e judeus.

De acordo com um de seus principais articuladores, o arquiteto Augusto Ivan Pinheiro, o intuito era preservar os imóveis que “testemunhavam” materialmente o passado histórico da cidade e também as pessoas que neles habitavam, impedindo que novas dinâmicas de ocupação urbana modificassem “aquele modo de vida, aquele tipo de comércio, aquele tipo de relação” (entrevista concedida à autora em 30 de julho de 2008). A ideia era evitar a implantação de novos projetos, como o prolongamento das avenidas República do Paraguai e Chile que levaria à desapropriação de vários imóveis da Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara), cujas lojas se estendiam pelas ruas dos Andradas, Buenos Aires, Alfândega, Senhor dos Passos, Uruguaiana, entre outras (Pio, 2013).

As concepções do projeto haviam se calcado, assim, na percepção subjetiva de que a manutenção material de casas e ruas seria um suporte

seguro de permanência das identidades coletivas e individuais em face das inconstâncias da vida social (Halbwachs, 2006). Mas o que se viu na prática foi a escolha seletiva de algumas experiências urbanas a serem valorizadas em detrimento de outras, que passaram a ser classificadas como “degradantes”.

Desta forma, outras ações governamentais implementadas no âmbito do Corredor Cultural do Centro acabaram por expulsar antigos usos do Centro. Entre elas, o restauro do Paço Imperial pelo Iphan entre 1982 e 1985, que o transformou em museu dotado de livraria e café e propulsionou a “revitalização” do entorno da Praça XV, com as posteriores reabilitações dos casarões que passaram a abrigar o Centro Cultural Banco do Brasil (1989), a Casa França-Brasil (1990) e o Centro Cultural dos Correios (1992). Como narrado por Glauco Campello, na época diretor da Regional do Rio de Janeiro do Iphan e arquiteto responsável pelo restauro do Paço Imperial, o objetivo da intervenção era potencializar economicamente a região e incentivar o turismo e o lazer. Tendo em vista essas finalidades, considerou uma grande conquista do projeto a extinção do mercado de peixes e o deslocamento dos terminais de ônibus que havia na Praça XV (entrevista concedida à autora em 11 de novembro de 2008).

A criação do Corredor Cultural do Centro, portanto, não havia significado apenas a superação de um modelo rodoviarista em prol dos vínculos afetivos dos habitantes dos bairros centrais. Com ele ocorreu também um controle maior dos espaços da cidade, através de uma gestão governamental que unia ideais humanistas do patrimônio, reordenamento urbano autoritário e interesses do mercado. Assim, se nas retóricas de preservação de bens houve uma tendência a colocar o patrimônio como antagonico às investidas do mercado, o que se viu na prática foram formas cada vez mais combinadas de atuação, com as políticas patrimoniais criando ou reforçando nichos de expansão imobiliária e/ou de atuação do turismo cultural.

Esse modelo de “patrimônio revitalizado” foi considerado bem-sucedido pelos especialistas do patrimônio e do urbanismo da cidade, sendo

também implementado na região portuária entre os anos de 1983 e 1988 através do projeto Sagas, acrônimo dos bairros de Saúde, Gamboa e Santo Cristo.⁷ Em comum com os bairros centrais, os portuários eram tidos como componentes do “núcleo histórico” da cidade e habitados por camadas populares e pelo pequeno comércio. A sua patrimonialização mobilizou novamente sentimentos locais de preservação da memória afetiva dos moradores e discursos governamentais de ordenamento que afirmavam um suposto processo de “deterioração e ocupação irregular ou indevida” dos imóveis. Consequentemente, ofereceram base retórica para a implementação de medidas de “conservação” de seus aspectos físicos e de “revitalização” de seus usos, a partir de então já legitimadas pela definição de quais bens seriam “históricos” e culturalmente inalienáveis (em contraposição aos que poderiam ser descartados ou vendidos) e também de quais práticas passariam a ser consideradas legais (e quais se tornariam ilegais) (Guimarães, 2016a).

Políticas higienistas de “reabilitação” e seus usos da memória portuguesa

Embora as políticas patrimoniais envolvendo a narrativa da Pequena África e as de criação do “sítio histórico” da região portuária tenham sido gestadas em distintos espaços governamentais e protagonizadas por diferentes atores sociais, logo ficariam tensionadas diante das disputas pelo projeto de cidade que através delas era idealizado e implementado. Nos anos 90, a busca pela afirmação da memória afro-brasileira enfrentou então a crescente mercantilização dos espaços da cidade e o avanço de outras ações governamentais. A política patrimonial do Sagas ganhou

7 Durante o mesmo período houve ainda a implementação desse modelo de intervenção no bairro central de Santa Teresa (entre 1984 e 1985). Na Zona Sul, parte economicamente valorizada da cidade e habitada em sua maioria por camadas médias e altas da população, foram patrimonializados alguns imóveis localizados no bairro do Humaitá (1984-1985) e amplas áreas urbanas da Urca (1988) e do Bairro Peixoto (1988-1989).

novas nuances de significação com os discursos⁸ que propalavam existir na cidade uma oposição ontológica entre espaços e habitantes “civilizados do asfalto” *versus* “perigosos das favelas” (Leite, 1995; Pacheco de Oliveira, 2014). Nessa reorganização da geografia moral da cidade, os bairros portuários deixaram de ser representados apenas como “sítios históricos” e locais de moradia popular para serem percebidos como “degradados e abandonados” e habitados por “prostitutas, mendigos, traficantes e favelados”. Como efeito, houve a autorização moral para a implantação de políticas repressivas e promotoras de uma suposta integração urbana na região.

Colocados à margem de modelos normatizadores de urbanidade e civilidade, os bairros portuários e seus habitantes se tornaram alvos de discursos e ações governamentais de controle e gestão do território. Articulado sentimentos de medo da violência e de perda de um patrimônio da cidade, a Prefeitura desenvolveu então três formas complementares de intervenção: o disciplinamento de práticas consideradas violentas e amorais, através de policiamento e controle habitacional dos espaços classificados como perigosos ou marginalizados, como o Morro da Providência e o bairro do Caju;⁹ a mercantilização de terrenos, galpões, armazéns e ramais ferroviários desativados da retroárea portuária e sua ocupação por grandes empreendimentos residenciais, comerciais e de lazer; a recuperação dos sobrados coloniais e o controle dos espaços públicos dos morros preservados pelo Sagas, como os da Conceição, da

8 Entre os produtos mediadores que auxiliaram a difundir esse imaginário da “cidade partida” estão o livro-reportagem *Cidade Partida*, de Zuenir Ventura (1994); os filmes *Notícias de uma guerra particular*, de Katia Lund e João Moreira Salles (1999), e *Orfeu*, de Cacá Diegues (1999); e o romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (2001).

9 Como o programa Favela-Bairro no bairro do Caju e no Morro da Providência (1997), que dotou essas “favelas” de infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais (Vial; Cavallieri, 2009).

Saúde e do Livramento, como incentivo à atração residencial da classe média e à exploração econômica e turística.¹⁰

Novas políticas patrimoniais idealizadas pela Prefeitura incidiram especialmente sobre esses morros classificados como históricos. Uma delas foi a realização de estudos e ações de reabilitação do casario do Morro da Conceição pelo ProRio – Programa de Recuperação Orientada (1998-2000). Elevação geográfica de dimensões modestas, encravada na fronteira entre o porto, a Praça Mauá e o centro financeiro da cidade, esse morro tinha sido eleito pela Prefeitura como local privilegiado de desenvolvimento de programas turísticos e habitacionais. A base do morro tinha intenso trânsito de transportes coletivos e seus sobrados eram ocupados por bares, restaurantes, lojas de materiais, lojas de serviços para escritório, depósitos de bebidas etc. Sua parte alta, no entanto, se compunha por vias estreitas, tráfego de poucos veículos e sobrados ocupados por residências, com exceção de três pequenos bares de propriedade de moradores e de edificações amplas, porém horizontalizadas, pertencentes ao Exército, à Igreja Católica e à Universidade.¹¹

Essa espacialidade do morro havia sido continuamente construída por práticas diárias de seus moradores e também por atos estatais de ordenamento e gestão. A legislação urbanística, por exemplo, havia incentivado as atividades portuárias na região, resultando na prática

10 Como no projeto “Habitacional da Saúde” (1996-2001), que produziu unidades habitacionais para moradores com renda familiar em torno de dez salários mínimos. Nos projetos “Reabilitação de Cortiços” (1996-1998) e “Reabilitação de Sítios Históricos” (2000), que recuperaram fisicamente sobrados “vazios ou em ruínas” para serem reabilitados para o uso residencial. E nas ações de retirada de moradias consideradas irregulares e de restrição espacial de vendedores ambulantes (Barandier, 2006).

11 No topo do morro havia a 6ª Divisão Cartográfica do Exército, ocupando as instalações do antigo Palácio Episcopal e da Fortaleza da Conceição, e o Departamento de Astronomia da UFRJ instalado no Observatório do Valongo. Próximo à base, havia uma igreja e um complexo educacional, assistencial e profissionalizante dirigidos pela entidade católica Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

de proprietários dividirem os sobrados do morro em casas de cômodos para abrigar funcionários da Marinha e migrantes em busca de trabalho. Também havia produzido a concentração dos usos residenciais nas partes elevadas do morro e limitado sua base como área para atividades industriais, de negócios e comerciais. Já as políticas patrimoniais do Iphan haviam tombado desde a década de 1930 as edificações do morro associadas à ocupação portuguesa, católica e militar, reverberando o contexto político do Estado Novo que buscava fortalecer a ideia de que a nação brasileira era culturalmente singular.

Apesar desses bens do Morro da Conceição terem sido patrimonializados em outro momento político do país, a mesma narrativa de passado foi retomada durante o ProRio, que buscou então criar diretrizes de gestão do espaço construído para valorizar a arquitetura do casario e o traçado ocupacional produzido pelos “primeiros habitantes portugueses” entre os séculos XVII e XIX. A conexão simbólica operada para comparar o que seriam bons e maus usos do patrimônio português foi feita através da evocação das semelhanças que o morro teria com o bairro de Alfama, na capital de Portugal. Essa memória que recuperava os laços afetivos com a época de colonização do país, se não era de todo inédita, ganhava novos contornos ao ser articulada com a reurbanização da região portuária. Pois, a partir dela, os profissionais de arquitetura e urbanismo contratados pela Prefeitura produziram a idealização de uma materialidade dita original do morro e enfatizaram o que seriam suas supostas ausências urbanísticas, pautando questões como a falta de conservação dos imóveis, de equipamentos como corrimão, de boa pavimentação e de adequada rede de abastecimento e esgoto.

Logo, para que seus imóveis fossem valorizados, habitados pelas camadas médias e visitados por turistas, os espaços do morro necessitavam de ações de “recuperação”. A ideia articulada pelo programa era que o “sítio histórico” do morro devia oferecer a habitantes e visitantes da cidade uma memória singular, uma experiência culturalmente autêntica

materializada por uma seleção específica de objetos, logradouros e modos de vida. Ou, como narrado em uma das passagens poéticas do livro de divulgação do ProRio, que fossem levados a contemplar os locais onde “os primeiros habitantes portugueses ergueram suas casas, abriram caminhos sinuosos, becos e escadinhas, [...] paisagens que têm escalas e ambiências sentimentais, exalam o acolhimento e a melancolia nostálgica que foram decantados por nossos poetas e escritores” (Sigaud; Pinho, 2000, p. 10).

A “recuperação” do sítio histórico do morro foi levada a cabo por meio de pesquisas arquitetônicas, socioeconômicas, fundiárias, comunitárias e arqueológicas, que reuniram narrativas de passado, catalogaram formas construtivas e produziram identificações socioeconômicas. Nas classificações do censo demográfico produzidas pelo ProRio, os cerca de 2 mil habitantes do morro foram então divididos em cinco “segmentos de dinâmicas socioespaciais”. O primeiro ocuparia o eixo cume do morro e seria composto predominantemente por proprietários de imóveis, “moradores antigos, muitos descendentes de portugueses e espanhóis” que teriam uma “relação afetiva intensa” com o espaço. O segundo segmento ocuparia o flanco norte e seria composto por locatários, “moradores recentes, migrantes nordestinos em sua grande maioria” que teriam “uma relação meramente conjuntural” com o morro, descrição que reforçava os estigmas em torno da população que era oriunda da região Nordeste do país. E o terceiro segmento foi identificado como ocupante do sopé comercial, composto por “comerciantes instalados na base do morro” que não teriam necessidade “de transitar por seu interior, de frequentar seus espaços, nem de compartilhar das mesmas expectativas” dos moradores (Sigaud; Pinho, 2000, p. 58).

O resultado dessa classificação foi, portanto, a construção de uma gradação entre os que eram percebidos como “autênticos/ puros/ genuínos” e os percebidos como “inautênticos/ impuros/ conjunturais”, tendo como parâmetros principalmente o tempo de moradia, a relação econômica com o imóvel e a ascendência, ou seja, os especialistas do Pro-

Rio identificaram o que e quem deveriam ser preservados, em contraste com o que e quem deveriam ser deslocados ou disciplinados.

Esta classificação catalisou memórias e identidades locais excluídas ou estigmatizadas pela idealização do sítio histórico português. Ainda que alguns habitantes do morro também percebessem os espaços como fisicamente “degradados, insalubres, vazios e invadidos” ou mesmo socialmente “marginalizados e criminosos”, muitos moradores e integrantes de movimentos sociais e recreativos percebiam esses mesmos espaços como experiências positivas de moradia de famílias ligadas ao porto e ao comércio informal, ou seja, a classificação da Prefeitura estava distante de ser um retrato imparcial das dinâmicas locais e das representações sociais sobre o morro.

Contudo, foi exatamente a vinculação discursiva de determinados atributos sociais, morais, estéticos e urbanísticos com os diferentes espaços e habitantes do morro que legitimou a etapa seguinte do ProRio: a reforma do Jardim Suspenso do Valongo, cujo entorno era ocupado pelas habitações mais empobrecidas do morro. Monumento paisagístico construído como parte da reforma urbanística de Pereira Passos no início do século XX,¹² o Jardim do Valongo foi identificado como “área sem uso ou de uso precário”, recebendo ação emergencial porque estaria soterrado de entulho e lixo, invadido pela vegetação, danificado por “vândalos” e frequentado por “mendigos e desocupados” (Sigaud; Pinho, 2000, p. 48). Após a intervenção, a Prefeitura considerou-o retornado ao seu “estado original”. No entanto, o que seria essa origem tornou-se uma disputa simbólica com outros habitantes do morro e da região portuária, que passaram a evocar a ocupação anterior do jardim como antigo espaço de comercialização de escravos africanos.

¹² O engenheiro civil Pereira Passos realizou diversas obras nos bairros portuários e centrais da cidade do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, demoliu inúmeros cortiços para a construção do “porto moderno” e promoveu a vacinação compulsória da população (Carvalho, 2001; Chalhoub, 1996).

Entre os idealizadores do ProRio, a ausência de uma política voltada para a valorização da memória afro-brasileira não havia sido uma falta de conhecimento sobre o passado escravista do morro, apenas um processo seletivo de quais memórias deveriam ser lembradas e quais poderiam ser esquecidas. Assim, no mesmo livro em que a Prefeitura apresentou as proposições do programa foi feita uma referência a esse passado escravista, mas não como algo a ser rememorado: tanto o mercado de escravos como as atividades de exploração de pedreiras e as portuárias ligadas aos estaleiros, fundições, serralherias e ferrarias foram identificados como “equipamentos indesejados” da cidade. Essas atividades teriam sido, em suas análises, responsáveis pela atração de uma população também percebida como inadequada: operários fabris e trabalhadores portuários que se abrigaram nas habitações populares chamadas pejorativamente de “casas de cômodo” e “cortiços” (Sigaud; Pinho, 2000, p. 50). Ou, falando de forma mais direta, em casas da população negra recém-liberta e de seus descendentes (Guimarães, 2013b, 2016c).

A articulação da memória negra em contextos de conflito habitacional

Dois conflitos habitacionais foram gerados no Morro da Conceição como efeitos das intervenções do ProRio e tendo como base contestatória a memória silenciada da população negra da cidade. Logo após a execução desse programa começou a ser divulgada a “revitalização urbana” da região portuária através do projeto “Porto do Rio” (2001). Nesse momento, além da reestruturação pontual de algumas ruas e logradouros, foram construídos o centro poliesportivo Vila Olímpica (2005) e o centro de produção de desfiles carnavalescos Cidade do Samba (2006) no bairro da Gamboa. Mas o principal projeto idealizado para catalisar a transformação da região havia fracassado: a construção na Praça Mauá de uma

filial do Museu Guggenheim, instituição nova-iorquina prestigiada por sua presença em cidades como Bilbao, Berlim e Veneza.¹³

Em um contexto de crescente valorização dos imóveis da região, o primeiro conflito foi referente a diversos imóveis da base do morro que haviam sido classificados como de propriedade legal não identificada pelas pesquisas do ProRio. Imóveis que na prática eram locados a preços módicos pela entidade católica Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Diante da ameaça de não reconhecimento de sua propriedade, a entidade franciscana regularizou a situação legal desses imóveis nos cartórios da cidade e, em seguida, concebeu um grande projeto educacional e assistencial que propunha recuperar física e moralmente a “população marginalizada” dos bairros portuários. Usando a execução desse projeto como justificativa, a entidade franciscana então afetou o cotidiano de mais de 30 famílias que eram inquilinas ou moravam nesses imóveis informalmente, impetrando reajustes de aluguéis, realocações e despejos. Nos casos em que houve contestação dos moradores, a entidade movimentou processos judiciais acusando-os de “invasores” ou “inadimplentes”, chegando a mobilizar força policial para desocupar alguns imóveis.

Duas famílias que estavam ameaçadas de despejo, no entanto, eram moradoras da região havia muitos anos e atuantes em movimentos de valorização da identidade negra e também em prol da moradia popular. Com vínculos afetivos na vizinhança e vínculos políticos em órgãos governamentais, elas conseguiram agrupar outras famílias e, em 2005, pleitearam perante o governo federal o reconhecimento de dezenas de imóveis do morro como território étnico do Comunidade de Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal. Em defesa do pleito, essas famílias argumentaram a necessidade de salvaguarda da Pedra do Sal, em referên-

13 O contrato entre a Fundação Guggenheim e a Prefeitura teve seus valores contestados por vereadores e seus princípios construtivos e expositivos criticados por diversos arquitetos e gestores museais pelo “caráter *shopping center*” do projeto, já que previa a instalação de centros comerciais e estacionamento.

cia ao seu tombamento como patrimônio afro-brasileiro pelo Inepac nos anos 80. Os contornos identitários do pleito foram construídos através de uma narrativa de passado que acentuava a experiência da escravidão e a sociabilidade do trabalho portuário, do samba e das religiões de matriz africana, em versão atualizada da Pequena África. Assim, essas famílias se apresentaram como experiências habitacionais distintas, tanto em relação à memória portuguesa que vinha sendo valorizada pela Prefeitura quanto em relação à memória católica franciscana que estava sendo acionada pelos processos de despejo, conseguindo paralisá-los (Guimarães, 2012, 2013a, 2015).

O segundo conflito habitacional foi decorrente do apagamento da memória negra operado pela Prefeitura. Para realizar seus ensaios e reuniões, desde 1997 a diretoria do bloco Afoxé Filhos de Gandhi tinha se apossado de um sobrado pertencente ao governo estadual localizado ao lado do Jardim Suspenso do Valongo, que havia sido classificado como “ruína” pelos estudos do ProRio (Sigaud; Pinho, 2000). O bloco tinha mais de 60 anos de existência e organizava-se em torno das casas de candomblé, possuindo uma longa tradição de trocas com os movimentos sociais, religiosos e carnavalescos. Após inúmeras idas e vindas dos diretores do bloco a secretarias estaduais para negociar a permanência no sobrado durante o processo de “revitalização” do morro, eles procuraram o apoio da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial e movimentaram de forma central a narrativa da Pequena África. Seus argumentos eram que todo o espaço do entorno da sede era sagrado, já que havia ali a energia dos espíritos dos antigos escravos. Em 2008 o sobrado foi prometido ao Gandhi e iniciou-se a elaboração de um projeto arquitetônico para realizar sua reforma, além da organização de um processo de reconhecimento do bloco como patrimônio imaterial carioca e de criação defronte ao Jardim Suspenso do Valongo de um memorial sobre a contribuição das etnias negras na formação da sociedade brasileira (Guimarães, 2011, 2016b).

Desta forma, através de formas particulares, tanto o Quilombo da Pedra do Sal quanto o Afoxé Filhos de Gandhi invocaram a noção de Pequena África para se contraporem às intervenções urbanísticas que estavam em curso na região. Mediados pela noção, eles então operaram um conjunto comum de demarcações espaciais e temporais: a chegada e a comercialização de escravos africanos no Valongo durante os séculos XVIII e XIX; a ocupação de casas do bairro da Saúde por baianos e do entorno da Pedra do Sal por africanos a partir de meados do século XIX; até o deslocamento desses habitantes para o bairro da Cidade Nova, favelas e subúrbios da cidade, causada pela reforma urbana propalada modernizadora do prefeito Pereira Passos no início do século XX, que demoliu inúmeros imóveis da região portuária sob o pretexto de higienizar física e moralmente espaços e habitantes.

Afora essas demarcações comuns, a definição da Pequena África apresentava grande variabilidade de acordo com cada contexto em que era mobilizada, podendo abranger outras situações do passado, ou mesmo do tempo presente, e diferentes locais de moradia e formas de sociabilidade.¹⁴ Essa maleabilidade sugeria que a noção não se referia propriamente a um local concreto, mas sobretudo a um *espaço utópico* (Foucault, 2001), onde a sociedade era concebida de forma aperfeiçoada e baseada em um modelo ideal de ancestralidade, identidade e religiosidade africanas. Assim, as diferenças entre as trajetórias e os objetivos dos conflitos habitacionais não impediam que múltiplos movimentos

14 No momento de realização das obras havia também movimentos de ocupação de prédios públicos que seguiam por anos abandonados após a transferência da capital federal para Brasília e a gradual desativação dos serviços portuários. Ainda que nem todos os moradores se autodefinissem como negros, a simbologia associada à escravidão ressoava, por exemplo, nos nomes de algumas dessas ocupações de “moradores sem-teto”: Ocupação Chiquinha Gonzaga, criada em julho de 2004 em prédio na Rua Barão de São Felix pertencente ao Incra; Ocupação Zumbi dos Palmares, surgida em abril de 2005 em edifício na Avenida Venezuela do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); e Ocupação Quilombo das Guerreiras, realizada em outubro de 2006 em prédio da Companhia Docas na Avenida Francisco Bicalho.

sociais acionassem sua narrativa. No caso das famílias que formaram o Quilombo da Pedra, foi pleiteado o reconhecimento étnico-racial e exigida uma reparação histórica e territorial do que interpretaram como eventos traumáticos ligados à escravidão. Já o bloco Afóxé Filhos de Gandhi buscou a permanência em sua sede de ensaios através de medidas patrimoniais e políticas de memória que redimiam tal passado escravista.

Memorial do Cais do Valongo: reconhecimento social ou disciplinamento de conflitos?

O desejo de transformar o Morro da Conceição em um sítio histórico de origem portuguesa ressaltou, portanto, a diversidade de percepções sobre seus usos e memórias. O caráter criativo de seus espaços residia no fato de que eles eram capazes de ser inventados e de inventar subjetivamente seus múltiplos habitantes (Wagner, 1981). Não eram assim espaços moldáveis somente segundo ideais patrimoniais e urbanísticos ou de medidas disciplinadoras: outros imaginários e agenciamentos eram também capazes de produzir diferentes classificações, interpretações do passado e narrativas de tradição, demarcando fronteiras identitárias e espacialidades próprias.

A observação contínua dos desdobramentos da narrativa da Pequena África, contudo, realça a imprevisibilidade das disputas de narrativas que perpassam as políticas de memória, e também as desiguais relações de poder na conformação dos espaços da cidade e na formulação de projetos de Estado. Desta forma, pouco depois do fortalecimento político dos grupos sociais que se colocavam como herdeiros do patrimônio afro-brasileiro ocorreu uma reconfiguração das dinâmicas entre movimentos sociais, órgãos governamentais e indústria turística, atrelada à aprovação em 2009 do Rio de Janeiro como integrante do circuito da Copa do Mundo (2014) e sede dos Jogos Olímpicos (2016).

Houve o substancial aumento de investimentos públicos e privados em projetos urbanísticos na região. Sob o nome de Porto Maravilha,

diversas obras de infraestrutura foram realizadas, como a construção de redes de água, esgoto e drenagem, coleta seletiva de lixo e incremento da iluminação pública. Os espaços tidos como favelizados ou perigosos receberam políticas de repressão e controle, como a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada no Morro da Providência (2010). Dois grandes equipamentos culturais foram construídos: o Museu de Arte do Rio (2013) e o Museu do Amanhã (2015). O elevador automobilístico da Perimetral foi demolido (2014), deslocando o tráfego de veículos para as ruas internas dos bairros portuários, o que possibilitou a fruição paisagística da orla da Baía de Guanabara e a valorização dos terrenos e dos armazéns que a margeiam. Como ocorrido em outras áreas centrais e portuárias do mundo classificadas como sítios históricos e revitalizadas, tais intervenções urbanísticas produziram uma nova mudança no imaginário sobre a região portuária carioca, que passou a ser também associada a um estilo de vida autêntico e boêmio. Com isso, seu perfil habitacional e popular foi parcialmente alterado, com a atração de jovens de classe média, artistas plásticos, ONGs, associações recreativas e culturais, bares e casas de shows.

Foi nesse contexto de alterações e ressignificações que ocorreu a “descoberta” do Memorial do Cais do Valongo (2011) a poucos metros do Morro da Conceição. Relembrando em depoimento a um jornal o momento do achado das peças, a coordenadora da equipe de arqueólogos destacou o auxílio que teve de lideranças de religiões de matriz africana para interpretar seus significados sagrados. Seu depoimento apresentava então uma das tantas possibilidades de enquadramento de memória que o cais iria mobilizar: “Era uma pesquisa arqueológica de natureza sociopolítica, pois sabíamos que, se esses remanescentes estivessem na região, isso seria de enorme importância para a comunidade negra no Brasil” (arqueóloga Tania Andrade Lima, *O Globo*, seção Rio, 21/09/2014).

Mas esse sentido que relacionava politicamente o passado e o presente da população negra brasileira não foi unívoco, tampouco predominante.

Rapidamente foi elaborada uma narrativa oficial de memória do cais que o colocava como parte de uma história encerrada após a abolição da escravidão e a “modernização” do porto. Os marcos temporais e espaciais selecionados pela Proposta de Candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade da Unesco (2014) contavam que no cais haviam aportado escravos africanos entre os anos de 1750 e 1831, na década seguinte o espaço havia sido remodelado para abrigar o Cais da Imperatriz e, no início do século XX, o aterro de parte da Baía da Guanabara para construir o “porto moderno” durante as reformas de Pereira Passos havia provocado sua desativação, tendo sido construído em seu lugar uma praça.

Diversos intelectuais e lideranças sociais e religiosas se envolveram na elaboração da narrativa, em processo político conduzido pela Prefeitura e mediado por órgãos governamentais promotores de igualdade racial e de valorização da cultura negra.¹⁵ Havia ocorrido assim um processo de internalização dos conflitos sociais através da criação de grupos de trabalho e instâncias governamentais que passaram a absorver as demandas dos movimentos negros da região portuária. Embora nem todos os movimentos tenham aderido, a aplicação dessas técnicas de gestão teve como efeito a diminuição dos embates políticos do cotidiano da região, em estratégia similar de “participação disciplinada” implementada no mesmo período pelas UPPs nas favelas da cidade (Rocha, 2016), ou seja, com o Memorial do Cais do Valongo emergiu um projeto patrimonial

15 Como apontam Vassallo e Cicalo (2015), para obter a unanimidade exigida pela Unesco para a candidatura do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade, a Prefeitura envolveu diversos intelectuais e lideranças sociais e religiosas ligadas à identidade afro-brasileira. Tornou-se então essencial a mediação dos representantes de agências governamentais na condução do Grupo de Trabalho Curatorial, como do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial (Supir), da Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Igualdade Racial (Ceppir), da Fundação Cultural Palmares e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (Cedine).

que quanto mais se realizava, menos polarizava as atuações do Estado, dos movimentos sociais e da indústria turística.

O paradoxo de todo o processo foi que, apesar do reconhecimento e da celebração do passado escravista, pleitos como os dos integrantes do Quilombo da Pedra do Sal e do Afoxé Filhos de Gandhi continuaram à margem dos projetos de revitalização urbana – os conflitos sociais do presente, embora tivessem certamente ganho em complexidade, não foram resolvidos. A patrimonialização da Pequena África através da construção do Memorial do Cais do Valongo produzia desta forma ambiguidades interpretativas. Podia ser compreendida como uma tentativa tanto de afirmar como de acomodar simbolicamente os grupos que haviam protagonizado demandas por reconhecimento social. Em sua estética monumental, podia ser entendida ainda como a busca por uma versão redentora de antagonísticos projetos de cidade.

Em março de 2017 um novo decreto apresentou a proposta de criação do Museu da Escravidão e da Liberdade no Centro Cultural José Bonifácio, que em sua idealização abarcava a ideia de celebração da cultura africana e de reconciliação racial da nação brasileira. A desconexão das políticas oficiais de memória com o presente da cidade continuou assim a ser produzida através da exclusão dos debates contemporâneos dos movimentos negros, como os que denunciam os números alarmantes de assassinatos dos seus jovens ou os que questionam apropriações culturais do mercado. Nos recentes enquadramentos da narrativa da Pequena África, embora a memória negra tenha ganho visibilidade, parece ter havido um enfraquecimento de sua potência reflexiva e contestatória. E no atual contexto político em que uma vereadora carioca negra é assassinada sem qualquer vislumbre de resolução do crime, disputar os sentidos da memória negra da cidade é um projeto que não deve ser abandonado. Marielle Franco, presente.

Entrevistas

Augusto Ivan Pinheiro, subprefeito do Centro (1993-2001) e secretário municipal de Urbanismo (2006-2008), 30 de julho de 2008.

Glauco Campello, presidente do Iphan (1994-1998), 11 de novembro de 2008.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar. Significados da África para o movimento negro do Brasil. *Estudos Históricos*, v. 39, p. 25-56, 2007.

BARANDIER, Henrique. Projeto urbano no Rio de Janeiro e as propostas para a área central nos anos 1990. In: SILVA, R. C. (org.). *A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006. p. 145-167.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: _____. *Ditos e Escritos*. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 411-422.

GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / Iphan, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, v. 61, p. 147-162, 2001.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Entre memórias de Portugal y de África: las políticas patrimoniales en la región portuaria de Rio de Janeiro, Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, v. 44, p. 51-66, 2016c.

_____. Patrimônios e conflitos de um afoxé na reurbanização da região portuária carioca. *Mana*, v. 22, n. 2, p. 311-340, 2016b.

_____. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 29, p. 149-168, 2016a.

_____. A arquitetura de um espaço franciscano em tempos de reurbanização do porto carioca. *Religião e Sociedade*, v. 35, n. 1, p. 87-106, 2015.

_____. *A utopia da Pequena África*. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. Urban interventions, memories and conflicts: Black heritage and the revitalization of Rio de Janeiro's Port Zone. *Vibrant*, v. 10, p. 208-227, 2013a.

_____. O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África: narrativas de passado e formas de habitar na Zona Portuária carioca. In: GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina (orgs.). *A Alma das Coisas*: patrimônios, materialidade e ressonância. Vol. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013b. p. 47-78.

_____. *A utopia da Pequena África*. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

_____. De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio na produção de espaços urbanos diferenciados. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural*: trajetórias e conceitos. Brasília/ Goiânia: ABA, 2012. p. 299-318.

_____. Entre vulgarizações e singularizações: notas sobre a vida social dos balaios. *Horizontes Antropológicos*, v. 17, p. 127-143, 2011.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEITE, Marcia. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage Rio. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 4, p. 121-145, 1995.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

ROCHA, Lia. Dinâmicas de Participação e Ação Coletiva nas margens da cidade: etnografia de arenas públicas em favelas do Rio de Janeiro. *30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, João Pessoa, 2016.

SIGAUD, Márcia; PINHO, Claudia Maria. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante/ PCRJ, 2000.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária carioca. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 43, p. 239-271, 2015.

VIAL, Adriana; CAVALLIERI, Fernando. *O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pousos e o Programa Favela-Bairro*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PCRJ, 2009.

WAGNER, Roy. *The invention of cultures*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

Jornais consultados

Estado do Paraná. Aramis Millarch, “Lúcio Rangel dá nome para estimular a MPB”, 08 de abril de 1980. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/lucio-rangel-da-nome-para-estimular-mpb>.

O Globo. Simone Candida, “Tania Andrade Lima, a arqueóloga que desenterrou a história do Cais do Valongo”, 21 de setembro de 2014, Rio. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/tania-andrade-lima-arqueologa-que-desenterrou-historia-do-cais-do-valongo-14002079>.

Sites consultados

Unesco. Proposta de candidatura do Sítio Arqueológico Cais do Valongo. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5877/>. Acesso em novembro de 2014.